

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO E PARTICIPAÇÃO DISCENTE: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA

Autora: Maria Letícia do Nascimento

*Graduanda do Curso de pedagogia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB/CCAE
leticia098.ln@gmail.com*

Co-autora: Agnes Camila Viana da Silva

*Graduanda do Curso de Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB/CCAE
agnes.camilla@gmail.com*

Co-autora: Rayanne de França Fasseluan

*Graduanda do Curso de Pedagogia, Universidade Federal da Paraíba – UFPB/CCAE
rhayfasseluan97@gmail.com*

Co-autora e Orientadora: Maria Valdenice Resende Soares

*Profa. Dra. Universidade Federal da Paraíba – UFPB/CCAE
valdenicejp@hotmail.com.*

PARA INÍCIO DE CONVERSA

O presente trabalho tem como objetivo relatar nossa experiência enquanto extensionistas do projeto intitulado Projeto Político Pedagógico - PPP: Instrumento para Exercer a Gestão Escolar. É realizada através da parceria entre Universidade Federal da Paraíba – Campus IV via o Programa de Licenciatura – PROLICEN e a Secretaria de Educação do Município de Rio Tinto- PB. Uma das ações do projeto está no acompanhamento da coordenadora e de 05 alunas em duas escolas nas atividades internas para a (re) elaboração dos documentos. Nestas unidades de ensino, alunas bolsistas e voluntárias participam de forma ativa neste processo. Desta forma, ao relatarmos nossa experiência objetivamos também, identificar a participação discente na (re) elaboração do Projeto Político Pedagógico de uma das escolas e analisar a visão que os alunos possuem da escola e quais suas perspectivas com ela.

Sistematizar de forma analítica experiências como esta, justifica-se em função de termos aqui, um movimento de participação discente no processo de construção de uma proposta política e pedagógica de uma instituição escolar, eis que fazer este movimento se constitui uma dificuldade por parte de quem conduz esse processo. Embora, esteja como indicativo legal posto pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN /1996, conforme pode ser observado no artigo 12, o qual, denota as seguintes deliberações:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de: I – elaborar e executar sua proposta pedagógica; (...) VI – articular-se com as famílias e a comunidade, criando processos de integração da sociedade com a escola; (BRASIL, 1996)

Sendo assim, a LDBEN aborda a necessidade da criação de estratégias para o envolvimento e participação da comunidade interna e externa das escolas na elaboração e execução de sua proposta pedagógica. Esse processo pode ocorrer de diferentes formas, como por exemplo, ouvindo e registrando o que a comunidade e os discentes pensam sobre decisões e questões escolares pertinentes e as demandas que naquele momento se apresenta. Dessa forma, novas intervenções e ações participativas poderão ser desencadeadas, com a intenção de resolver ou minimizar os problemas. Essa participação na elaboração ou reformulação do Projeto Político Pedagógico de uma instituição de ensino é indispensável e requer um envolvimento que seja efetivo e atuante, onde todos os sujeitos desse processo precisam refletir sobre as estratégias para alcançar os objetivos da escola, e consequentemente da sociedade. Nessa perspectiva, Veiga (2010) afirma:

O projeto político-pedagógico, ao mesmo tempo em que exige dos educadores, funcionários, alunos e pais, a definição clara do tipo de escola que intentem, requer a definição de fins. Assim, todos deverão definir o tipo de sociedade e o tipo de cidadão que pretende formar. As ações específicas para a obtenção desses fins são meios. Essa distinção clara entre fins e meios é essencial para a construção do projeto político-pedagógico. (VEIGA, 2010, p.17)

Dessa forma, a reflexão sobre o que se tem e o que se deseja alcançar é um aspecto fundamental a ser discutido nos espaços escolares, tendo em vista que a escola enquanto uma instituição social deve ser um ambiente propício às discussões e à tomada de decisões, em que todos da comunidade escolar e não escolar devem apresentar suas reivindicações e interesses, para que coletivamente realizem os meios necessários para a obtenção de seus fins objetivados. A abertura deste espaço para discussões faz parte da construção de uma escola democrática na perspectiva de um planejamento participativo.

Deste modo, refletir sobre o Projeto Político Pedagógico de uma instituição de ensino na perspectiva de um planejamento participativo é uma tarefa complexa, pois requer uma reflexão sobre seu contexto e sobre os sujeitos a qual esta se destina. Considerando-se que, “os sujeitos do planejamento participativo “são” parte do mesmo objeto sobre o qual se propõem refletir e agir. Sua ação prático-reflexiva resulta em projetos e em organização”. (VEIGA, 2010. p. 137)

O cotidiano escolar exige demandas inesperadas, porém, não podemos utilizar essas demandas como desculpa para não realizar o planejamento escolar. Para tanto, se faz necessário pensar num planejamento que abarque as necessidades da realidade da escola, a fim de sustentar a tomada de decisões objetivas sobre as ações a serem exercidas e os recursos a serem utilizados pelos gestores.

Nessa perspectiva, apresentaremos algumas ideias básicas a respeito da natureza do planejamento estratégico como forma de subsidiar o gestor escolar para que, mediante a adoção de sua metodologia, possa realizar um trabalho mais competente de direcionamento da escola e de efetivação de seus objetivos. No entanto, apresentaremos as limitações do planejamento funcional, para posteriormente apresentarmos a natureza e aspectos do planejamento estratégico.

O planejamento funcional é aquele praticado a partir de uma visão fracionada da realidade, uma vez que, ao focalizá-la para conhecê-la, o faz singularizando categorias limitadas, tópicas, considerando-as isoladamente, de modo dissociado e não levando em conta a dinâmica social, isto é, desconsiderando os atores sociais, direta ou indiretamente ligados à organização escolar (LÜCK, 2000, p.03).

Diante do que foi exposto, podemos perceber que esse tipo de planejamento não busca ser construído de acordo com a realidade ao qual está inserido. Ele é construído de forma fracionada, servindo apenas como documento normativo e utilizado para formalizar e legitimar ações ao invés de fundamentar a promoção de um salto de qualidade na escola e no ensino.

Consideramos como planejamento estratégico o esforço disciplinado e consistente, destinado a produzir decisões fundamentais e ações que guiem a organização escolar, em seu modo de ser e de fazer, orientado para resultados, com forte e abrangente visão de futuro (LÜCK, 2000, p.5).

Esse tipo de planejamento é um dos mais indicados a ser implementado nas escolas, tendo em vista que não basta apenas planejar, tem que ter um direcionamento para a realização de objetivos e resultados, na perspectiva de tornar o ensino e a aprendizagem cada vez melhor e voltado para a realidade ao qual a escola está inserida.

CAMINHOS PERCORRIDOS E RESULTADOS OBTIDOS

No início do semestre escolar de 2018, em função da parceria supracitada entre a UFPB e a Secretaria de Educação de Rio Tinto -PB, iniciamos nossas atividades com o objetivo de acompanharmos as atividades de reconstrução do Projeto Político Pedagógico de uma das Escolas, à saber: Antônia Luna Lisboa, tendo como primeira tarefa: localizarmos e analisarmos o Projeto Político Pedagógico da instituição.

A escola localiza-se na zona urbana e atende a 880 alunos do 6º ao 9º ano, sendo alunos da zona rural e da própria cidade, nos turnos manhã e tarde. A última versão do seu Projeto Político Pedagógico (PPP) compreendeu o período de 2011 até 2015, desde então não

houve mais atualizações. No que se apresenta no documento, o Projeto Político Pedagógico “[...] está fundamentado numa metodologia participativa, de uma responsabilidade assumida coletivamente, [...] nosso Projeto Político Pedagógico foi elaborado junto com toda comunidade escolar”. (ESCOLA ANTÔNIA LUNA LISBOA, 2015). Nessa perspectiva, as discussões presentes no referencial teórico do seu último Projeto Político Pedagógico (PPP) versam em torno de questões de participação e envolvimento de toda a comunidade escolar no processo de sua estruturação e elaboração, na perspectiva de uma construção coletiva, assim como a participação das famílias e da comunidade, todavia, não apresenta quais foram as ações desenvolvidas para a efetivação desse processo.

Em diálogo com a direção e equipe pedagógica da escola identificamos a necessidade de perceber qual a concepção dos discentes sobre a instituição educativa a qual fazem parte. Resolvemos aplicar um questionário com todas as turmas do 6º ao 9º ano nos dois turnos de funcionamento da escola. Para produção do presente trabalho optamos pelas turmas do 9º ano, contabilizando 140 alunos. A elaboração do questionário partiu do pressuposto da promoção de uma participação ativa dos discentes na construção do PPP e do seu olhar para com a escola, qual a imagem que eles fazem da escola, em relação ao ensino, aos professores, a administração e a percepção deles neste processo. Nesse sentido, o questionário possibilitará que os discentes externem suas vontades durante o seu processo de ensino aprendizagem que até o momento não tiveram oportunidade de experienciar, ou seja, qual a opinião deles diante da escola e o que deveria acontecer para que o ensino possa tornar-se efetivo, agradável e participativo.

Para elaboração dos questionários somamos questões pensadas por um dos supervisores da escola, pelas alunas e pela professora coordenadora do Projeto. No primeiro momento, a nossa metodologia para a aplicação dos questionários buscava reunir os alunos por turma na sala de multimídia da escola. Este espaço é comumente utilizado para encontros com docentes e comportaria até duas turmas para cada encontro, tem data show e caixa de som. De início tínhamos o intuito de levar os discentes para o espaço e fazer uma programação de até 30 minutos, promovendo um momento para conhecimento do que vem a ser um PPP e a importância da participação deles em sua reelaboração, e assim justificar a aplicação deste questionário. Porém, a diretora propôs que realizássemos a aplicação dos questionários de sala em sala e esclareceu que, devido a dinâmica comportamental dos alunos seria inviável, pois, os alunos iriam demorar muito para se organizarem no local, ficando dispersos pelos corredores e outros ambientes, além de comprometer o tempo dos professores que poderiam estar desenvolvendo outras atividades.

Ao perguntarmos aos discentes como eles avaliavam o ensino da escola, dos 140 alunos que participaram da pesquisa, 17 avaliaram como ótimo, apontando como justificativa o bom ensino dos professores, 67 alunos classificaram como bom, apresentando a mesma justificativa, 45 avaliaram como regular usando como fundamentação que ainda havia muito a ser melhorado e 10 assinalaram que o ensino era fraco, pois a escola deveria ter mais atenção e investimento, assim como também deveria proporcionar ambientes de aprendizagens fora da escola, como, por exemplo, expedições para os alunos.

Ao indagarmos quais as disciplinas que os alunos sentiam mais dificuldades, 66 discentes destacaram a Matemática justificando ser uma disciplina difícil, 25 disseram ser Português devido a dificuldades na pontuação e na produção textual, 13 alunos indicaram Geografia, alegando a falta de compreensão, 20 apontaram Inglês destacando a falta de fluência e compreensão e 15 subdividiram-se em Ciências, artes e História, mas não apresentaram justificativas.

Em contrapartida, quando questionamos quais as disciplinas os discentes apresentam menos dificuldades, 23 alunos apontaram Português por apresentarem um bom rendimento e por ser usada diariamente, 22 alunos disseram ser Matemática, pois os alunos gostam de calcular e apresentam bons desempenhos, 25 indicaram Artes, justificando como sendo uma disciplina fácil onde há muito desenho, 17 disseram Ciências, fundamentando como uma disciplina onde os exercícios são fáceis, 15 discentes apontaram História, por se tratar de uma disciplina de pesquisa sobre o passado, 14 indicaram Geografia, alegando ser uma matéria fácil e 17 alunos disseram ter menos dificuldades em Educação Física, usando como fundamento a prática de esportes, assim 7 alunos não entenderam a questão.

Na questão que perguntava se eles se consideravam bons estudantes, 103 alunos disseram que sim, pois se esforçavam e prestavam atenção, mas que precisavam melhorar nas apresentações em público e na leitura. Já 37 alunos responderam que não se consideravam bons estudantes pois precisam ser mais atenciosos e esforçados.

Ao questionarmos quais as atividades que os discentes gostariam que acontecessem na escola, 40 alunos gostariam que houvesse aulas de música, instrumentos musicais, dança e artes. 37 discentes apontaram um espaço para atividade esportivas, gincanas e lazer, 10 discentes gostaria que houvesse viagens e expedições, 9 queriam aula de informática, 8 gostaria de práticas para desenvolver aprendizagem, 7 alunos apresentaram interesse em eventos, projetos com a comunidade 02 discentes querem o ensino técnico, 10 alegaram que deveria melhorar a merenda escolar e 17 não responderam a questão.

Com base no que foi apresentado, levar em consideração a opinião dos principais sujeitos do processo educacional, onde os indivíduos ouvem e são ouvidos corrobora a escola como uma instituição democrática e participativa e torna-se imprescindível para a implementação e efetivação do Projeto Político Pedagógico.

(IN) CONCLUSÕES

Em virtude do que foi exposto e levando em consideração a gestão escolar numa perspectiva participativa nota-se o quão é importante conhecer a realidade dos discentes, suas dificuldades, seus anseios e desejos, sua percepção sobre o que vem sendo ofertado na instituição de ensino, e a partir daí, refletir sobre essas questões e desenvolver ações significativas que consideram os sujeitos em sua complexidade para que a escola torne-se agradável para todos, tendo em vista que a escola existe na dependência do aluno. Nessa perspectiva, fomentar a participação dos discentes representa assegurar sua importância e incumbir-se do comprometimento para desenvolvimento de mudanças significativas na realidade dos discentes. Nota-se, dessa forma, que ponderar sobre o Projeto Político Pedagógico de uma instituição de ensino necessita-se pautar-se em suas deficiências e estabelecer capacidades para uma melhora em todos os seus aspectos.

É importante destacar, que para esta escrita delimitamos nosso relato na construção, aplicação e tabulação do questionário visando tecer nexos entre a participação discente e a (re) elaboração do Projeto Político Pedagógico. Não cabe aqui, as ações futuras resultantes desse momento, ou seja, muito ainda tem-se para falar e escrever sobre este processo necessário e complexo chamado de planejamento participativo da escola.

REFERÊNCIAS

BRASIL, *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica*, 1996

ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL ANTÔNIA LUNA LISBOA, *Projeto Político Pedagógico*, Rio Tinto, Paraíba, 2015

VEIGA, Ilma Passos Alencastro (Org.). *Projeto Político-Pedagógico da Escola: uma construção possível*. Campinas: Papirus, 1996.

LUCK, Heloísa. *A aplicação do Planejamento Estratégico na escola*. Publicado na revista gestão na rede, no. 19, abril, 2000, p.8-13. acessível em <
http://www.crmariocovas.sp.gov.br/pdf/luck_planejamento.pdf